

CIDADES EDUCADORAS NA GRANDE VITÓRIA

Um panorama infantojuvenil

EDUCATING CITIES IN THE METROPOLIS OF VITÓRIA
An overview for children and young people

Liziane de Oliveira Jorge¹
e Caroline Souza Rossoni Sisquini²

Resumo

O campo educacional transcende os espaços tradicionais de educação formal para reposicionar a cidade como território vital de práticas educacionais emancipatórias, vitais para o desenvolvimento infantojuvenil. O contato com a natureza combate a obesidade, aflora os sentidos, a criatividade, e favorece o exercício do brincar livre, forma espontânea para a realização de atividades físicas e lúdicas por crianças. À luz dos princípios das Cidades Educadoras, o trabalho procede o mapeamento e a análise de dados relativos às condições de vida urbana dos municípios da Grande Vitória (GV) - ES, no recorte da infância. Investiga dados nutricionais, espaços públicos e equipamentos significativos que empregam os princípios das Cidades Educadoras na GV. Conclui-se que regiões periféricas e de baixa renda apresentam maior índice de excesso de peso em crianças e adolescentes, menor disponibilidade de espaços públicos, bem como menor oferta de equipamentos culturais, de lazer, esportivos e educacionais, reafirmando assimetrias intraurbanas.

Palavras-chave: cidades educadoras, cidade e natureza, nutrição infantil, espaço público, infância e adolescência.

Abstract

The educational field has transcended the traditional spaces of formal education to reposition the city as a vital territory for emancipatory educational practices, essential for developing children and young people. Contact with nature combats obesity, awakens the senses and creativity, and encourages free play, a spontaneous way for children to carry out physical and recreational activities. In the light of the principles of Educating Cities, the work maps and analyzes data on urban living conditions in the municipalities of Grande Vitória (GV) - ES, in the context of childhood. It investigates nutritional data, public spaces, and significant facilities that employ the principles of Educating Cities in GV. It concludes that peripheral and low-income regions have a higher rate of overweight children and adolescents, less availability of public spaces, as well as fewer cultural, leisure, sports, and educational facilities, reaffirming intra-urban asymmetries.

Keywords: educating cities, city and nature, child nutrition, public space, childhood and adolescence.

Contextualização

O campo educacional, à luz das novas demandas sociais e econômicas, transcende os espaços tradicionais e conservadores de educação formal para reposicionar a cidade como território vital de práticas educacionais inovadoras. As políticas educacionais devem estar articuladas às políticas públicas e à vida social cidadã, com atenção aos pilares fundamentais da qualidade de vida urbana. A garantia do Direito à Cidade exige a implementação de processos emancipatórios na vida cotidiana. Nesse sentido, incluir à emancipação a presença da infância, pressupõe reconhecer problemas relativos à desigualdade social e à criança.

As condições multidimensionais de vida urbana - renda familiar, condições de moradia, infraestrutura, educação, saúde, lazer, cultura, violência urbana - afetam diretamente as crianças e adolescentes do país. No plano físico territorial, a segregação urbana e o modo de vida condominial representam uma ruptura dos valores de solidariedade e democracia; a erosão dos espaços públicos é reforçada pela insegurança no trânsito, pela cultura do medo e pela privatização de atividades de lazer e esporte, comprometendo o senso de comunidade; a ruptura entre a infância e a natureza promove a diminuição no uso dos sentidos, dificuldade de atenção e índices mais altos de doenças físicas e emocionais; o sedentarismo, os hábitos alimentares e o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação provocam sobrepeso e transtornos de comportamento. O enfrentamento a esses e outros problemas globais estão pactuados desde 2015 por meio de uma agenda para o desenvolvimento sustentável, com um conjunto de ações para a redução da pobreza, para o enfrentamento às mudanças climáticas, para a promoção da igualdade e do aprimoramento da qualidade de vida das pessoas. Esse pacto supranacional, assinado pelo Brasil e pelos estados membro da Organização das Nações Unidas (ONU), se materializou nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos (ICS, 2023).

O Brasil, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, está entre os dez países mais desiguais do mundo, condição que reforça as diferenças, a miséria do habitar, as desigualdades sociais e afeta, em especial, grupos privados de participação da vida urbana e política, notadamente crianças, mulheres e idosos. (ONU-HABITAT, 2023).

As ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Estão baseados nos compromissos para as crianças e os adolescentes nas áreas de pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero contidos nos precursores dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODS também incluem novos objetivos e metas relacionados à proteção da criança e do adolescente, à educação infantil e à redução das desigualdades. Essa nova agenda apresenta uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança e cada adolescente, especialmente os mais desfavorecidos, e garantir um planeta saudável para as meninas e os meninos de hoje e para as futuras gerações (UNICEF, 2024).

No contexto da ODS, as principais metas que impactam crianças e adolescentes de maneira direta e estão relacionadas às pesquisas deste trabalho são: ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição), 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP/2012); Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFMG/2004); Arquiteta-urbanista (UFES/1998); Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

² Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

para todos, em todas as idades), 4 (assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e 11 (tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).

O presente trabalho compreende um recorte temático de uma pesquisa ampla sobre qualidade de vida e saúde urbana na metrópole da Grande Vitória (GV), Espírito Santo. Explora o fenômeno urbano à luz de dados relativos aos cuidados e às condições de vida urbana, com ênfase na criança e no adolescente. Objetiva desenvolver uma cartografia dos municípios da Grande Vitória, e apresentar um panorama comparativo das condições nutricionais de crianças e adolescentes (eixo forte da ODS 2), da oferta de espaços livres e de equipamentos públicos (culturais, de lazer, esportivos e educacionais), dos atributos de desenho urbano e das condições da mobilidade urbana sustentável (eixos da ODS 11), de modo a avaliar as condições intraurbanas dos municípios da metrópole. Objetiva, por fim, investigar experiências de planejamento e projeto urbano que empregam os princípios das Cidades Educadoras na metrópole da GV.

Conceituações

O conceito e o termo “Cidades Educadoras” surgiram em 1990 no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona. Neste evento, criou-se a Associação Internacional das Cidades Educadoras - AICE, que constitui um conjunto de cidades representadas por governos locais que têm em interesse comum qualificar as condições de vida mediante um conjunto de ações que estabelecem a educação e a cidadania como eixo central de direcionamento das políticas públicas e sociais nas cidades (AICE, 2019). Para isso, foi criada a Carta das Cidades Educadoras, documento referencial com os princípios básicos educativos que guiam os governos representantes com ações no planejamento urbano para qualificação de cidade educadora (AICE, 2020).

Segundo a Carta das Cidades Educadoras, os princípios norteadores da cidade educadora são divididos em três partes: o direito à cidade, o compromisso da cidade e o serviço integral das pessoas. Em cada uma, são citadas e descritas ações pertinentes que caracterizam uma cidade educadora. Na primeira parte são apontados: educação inclusiva ao longo da vida; política educativa ampla; diversidade e não discriminação; acesso à cultura; e diálogo intergeracional. Já a segunda compreende: conhecimento do território; acesso à informação; governança e participação dos cidadãos; acompanhamento e melhoria contínua; identidade da cidade; espaço público habitável; adequação dos equipamentos e serviços municipais; e sustentabilidade. Enfim, a terceira e última prioriza princípios valorosos: promoção da saúde; formação de agentes educativos; orientação e inserção laboral inclusiva; inclusão e coesão social; corresponsabilidade contra as desigualdades; promoção do associativismo e do voluntariado; e educação para uma cidadania democrática e global (AICE, 2020). Em resumo:

[...] os princípios da cidade educadora estão alicerçados na compreensão de que a política urbana tem impacto educador e formativo; no respeito às diferentes gerações e culturas; no compromisso com a função educadora da cidade associada às suas demais funções essenciais; na importância da preservação da identidade local, mas também da promoção da conexão com a rede cooperação na escala mundial; na valorização da troca de informações; na busca da igualdade e da justiça social por meio

da consolidação de uma cidade democrática; na formação de indivíduos autônomos, críticos, responsáveis e participativos. (Alves; Brandenburg, 2018, p. 73 e 74)

Em suma, tratam-se de medidas que melhoram a qualidade de vida local. Entendendo, principalmente, que a cidade é um organismo complexo e plural, características essas que potencializam o seu poder educativo. Assim como descreve no preâmbulo da Carta, “Na Cidade Educadora, a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade” (AICE, 2020, p. 04). Visto que, devido ao fato de ser um espaço onde há diversidades, é fundamental que se construa um senso de comunidade, de cidadania livre, responsável e solidária em função do bem comum (AICE, 2020). Além disso, é essencial salientar que os princípios da Carta das Cidades Educadoras são bases que orientam políticas públicas e sociais. Posto isso, é importante o respeito à identidade de cada cidade, haja vista que a localidade e a sociedade são organismos intrínsecos que convergem entre si. Logo, as medidas adotadas deverão ser coerentes no meio em que se aplica. Outro fator fundamental abordado é a participação política da comunidade, pois entende-se que, para garantir uma cidade justa, é indispensável a presença de todos os grupos sociais nas decisões políticas.

Desse modo, é nítida a ausência das crianças e dos adolescentes nos espaços públicos, o meio urbano é visto como inseguro e ameaçador pelos pais e responsáveis, logo, como medida de superproteção, emparedam os jovens com processos de institucionalização, privatização e insularização do espaço (Seixas; Tomás; Giacchetta, 2022). Nesse aspecto, nota-se a problemática do lugar da criança na sociedade contemporânea, não só como indivíduo participativo, mas também como complexo e heterogêneo. Diante do cenário da rápida urbanização das cidades, não se pode ignorar as mazelas deixadas. A desigualdade e as segregações, sejam étnicas, raciais, religiosas, partidárias, ideológicas e de gênero, demonstram-se como desafio no planejamento urbano (Moll, 2019).

O planejamento e o desenho urbano são elementos fundamentais que contribuem para determinar as dinâmicas das cidades. Neste desenvolvimento, as cidades surgem a partir de análises de diversas perspectivas, tendo os habitantes envolvidos no decurso. Entretanto, há a invisibilidade de grupos na tomada de decisões, dentre eles, as crianças e os adolescentes. O ambiente urbano que não permite a autonomia, deduz que a sua materialidade, a sua geografia, os seus elementos naturais e construtivos e o usuário, não foram pensados no enfoque da infância e da juventude (Campos, 2022). Crianças e adolescentes não são reconhecidos como cidadãos ativos dentro das discussões políticas e sociais, mesmo possuindo senso crítico e conhecimento empírico, são afastados pela pouca idade. É necessário cuidado e atenção para assegurar a existência e a dignidade das crianças, oferecendo saúde, educação, habitação, brincar, arte e dentre outros (Santos, 2022). A produção da cidade deve ser coletiva e direcionada ao bem comum, discutir e inclui-las é influenciar no crescimento das crianças, da cidade e da sociedade.

No âmbito da saúde, convém salientar que o Brasil passa por um momento preocupante no qual 30% das crianças estão acima do peso. O sobrepeso acarreta vários riscos como: danos articulares, aterosclerose, diabetes e doenças cardíacas e respiratórias, e, quando apresentado desde a infância, torna as crianças propensas a virarem adultos obesos com risco de morte prematura e incapacidade motora. Segundo Silva *et al.* (2022, p. 21), “crianças obesas têm cinco vezes mais chances de permanecer com essa condição na idade adulta quando comparadas às crianças não obesas”. A obesidade infantil é uma doença multifatorial que engloba fatores genéticos, individuais e ambientais que estão presentes em diferentes contextos: familiar, escolar e social. A partir disso, devido à complexidade da doença, é primordial traçar uma intervenção

conjunta de diversos setores além da saúde para reverter essa realidade (BRASIL, 2022).

Para crianças, é considerado sobrepeso quando seu peso é 25% maior que o adequado para a sua idade, quando está com 30% é classificada como obesa (Lima, 2021). Conforme o documento A Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA (Brasil, 2022), iniciativa do Ministério da Saúde para deter o avanço da obesidade infantil, uma das possíveis ações efetivas para prevenção e reversão do cenário são os ambientes promotores de atividade física. No programa indica que,

As cidades podem se tornar ambientes favoráveis à saúde [...] por meio do incentivo à prática da atividade física, que é considerada uma ação efetiva para o cuidado da obesidade infantil. Além da necessidade da prática da atividade física no ambiente escolar, são efetivas as intervenções que alteram a infraestrutura urbana para promover transporte ativo e aumentar espaços para recreação, por exemplo. Logo, a criação e a manutenção de espaços públicos como parques, áreas verdes, playgrounds e ruas de lazer, devem ser um investimento priorizado para o desenvolvimento sustentável das cidades. Iluminação, segurança e transporte públicos de qualidade também devem ser garantidos para viabilizar a prática do lazer e do esporte nesses espaços. Investimentos em transporte público e ciclovias devem ser considerados para melhorar a qualidade da mobilidade urbana e favorecer a adoção de um estilo de vida saudável (Brasil, 2022, p. 04)

Todavia, não se pode ignorar a mudança de comportamento das crianças e adolescentes dessa geração perante as atividades físicas, o brincar e a relação com a natureza. Com o rápido avanço da tecnologia, os dispositivos eletrônicos tornaram-se indispensáveis na sociedade contemporânea, visto que estão presentes nas esferas do trabalho, do estudo e do lazer. Diferente das gerações anteriores, as crianças e adolescentes do século XXI já nascem com contato direto à *tablets*, computadores, e celulares com acesso à internet desde cedo. De acordo com Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Cetic (CGI, 2022), por meio da pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2022*, que tem como propósito produzir dados sobre o uso da internet por crianças, das crianças de 9 a 10 anos, cerca de 46% tiveram seu primeiro acesso à internet até os 6 anos, assim como 33% das crianças de 11 a 12 anos. Outra informação importante é a frequência de uso, no qual 83% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos utilizam a internet mais de uma vez por dia. Desse grupo, o celular é o principal dispositivo utilizado para acessar a internet, com 92,5%.

As tecnologias digitais por um lado podem trazer benefícios, como fácil acesso à informação e jogos que estimulem o desenvolvimento cognitivo, porém o uso intenso e excessivo acarreta efeitos negativos à infância, não somente à saúde física, mas também nas esferas afetivas, cognitivas e sociais. O Manual de Orientação *Saúde de Crianças e Adolescentes na Era digital* organizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria alega que o uso precoce e prolongado dos aparelhos digitais com acesso à internet pode causar problemas de socialização e de criação de vínculo com outras pessoas, além de dificuldades escolares. A dependência ou o uso adverso das redes sociais causa problemas mentais, aumento da ansiedade, violência, *cyberbullying*, transtornos de sono e alimentação, sedentarismo, problemas auditivos, visuais, posturais e sexuais, compra e uso de drogas, pensamentos ou gestos de autoagressão e, inclusive, suicídio (SBP, 2016).

Outro ponto a ser analisado na estrutura física das cidades é a oferta e o acesso às áreas verdes públicas e privadas de qualidade. Devido ao interesse imobiliário e à crescente urbanização, os espaços livres estão sendo disputados e ocupados

por edificações e áreas impermeabilizadas, o que prejudica a inserção de áreas naturais que possibilitam a prática de atividades físicas, o exercício do brincar livre, a socialização e a contemplação, elementos importantes para a qualidade de vida urbana (Louv, 2016). Além disso, nota-se a perda cultural do espaço da rua como lugar de encontro e brincadeira em função do aumento da frota de veículos motorizados que ameaçam a segurança no trânsito. De acordo com a WHO (2015), para crianças e jovens entre 15 a 17 anos, não há risco maior que o trânsito, e 38% das crianças que sofrem lesões ou morrem no trânsito no mundo todo a cada ano, são pedestres. Diante disso, a insegurança no trânsito e a falta de ambientes adequados distancia as crianças das ruas e do meio urbano e, ainda, afeta a autonomia da mobilidade, sendo que a vivência em espaços públicos é um fator essencial para construção da sua identidade e desenvolvimento da sua cidadania, além de reconhecimento do lugar onde reside (Trevisan *et al.*, 2022). Como enfrentamento a essa conjuntura, de modo a encorajar o uso de espaços ao ar livre de maneira segura, é crucial a adoção de múltiplas estratégias, tais como: i. áreas verdes acessíveis e de qualidade, visto que proporcionam o bem-estar, fortalecem o vínculo com a natureza e favorecem a qualidade do ar; ii. infraestrutura adequada de calçadas, no sentido de incentivar a mobilidade ativa e, conseqüentemente, a explorar a cidade; iii. estabelecer zonas de baixa velocidade, no intuito de garantir a segurança, principalmente, das crianças; iv. designar ruas sem carros para propor atividades diferenciadas para a comunidade; v. planejar o meio urbano considerando o nível dos olhos das crianças, observando as necessidades para incluir de forma eficiente; vi. zonas de ar limpo, as crianças pequenas estão 30% mais expostas ao gás carbônico em razão de sua altura, nessa perspectiva, indicar áreas estratégicas que induzem modos de transporte limpos e infraestruturas verdes colabora com a saúde dos pequenos e os conscientizam sobre práticas sustentáveis (Luke *et al.*, 2020).

Em face da falta de segurança nos centros urbanos, o vínculo das crianças com o meio urbano e natural se encontra debilitado e cada vez mais emparedado e institucionalizado, dificultando, assim, o brincar livre e a experiência autônoma da cidade. Entretanto, é fundamental que se estabeleça o contato de crianças e de adolescentes com a natureza em prol da saúde, da construção de caráter e cuidado com a cidade e o meio ambiente. Segundo Louv (2016), autor que cunhou o termo “transtorno do déficit de natureza”, há uma fratura humana da relação entre a infância e a natureza. Para o autor, “a ruptura entre a infância e a natureza faz parte de um contexto mais amplo: a restrição física da infância em um mundo que está se urbanizando rápido e a experiência na natureza como a maior vítima” (Louv, 2016, p.57.). Em uma sociedade moderna caracterizada pela urbanização acelerada, pela perda de áreas ambientais, pelos hábitos sedentários e pela cultura digital, encontra-se uma geração de crianças e adolescentes adoecida e, certas vezes, solitária. O brincar livre é intrínseco à infância, é por meio dessa prática que a criança aprende e explora o mundo. Quando aliado à natureza, o brincar livre permite que seja exercitada a inteligência do corpo e da mente, e encontre no ambiente natural um lugar de refúgio e solidão. Contudo, o distanciamento entre a infância e a natureza traz conseqüências consideráveis: obesidade, hiperatividade, déficit de atenção, desequilíbrio emocional, baixa motricidade - falta de equilíbrio, agilidade e habilidade física - e miopia (Barros, 2018).

A experiência do brincar livre na natureza é uma resposta eficaz para promover a criatividade, a iniciativa e a autoconfiança das crianças. Contribui, no senso ético e na sensibilidade, a partir do momento que as crianças criam afeto pela natureza, pois desenvolve encantamento, empatia, humildade e sensação de pertencimento (Barros, 2018). Além disso, a proximidade com o ambiente natural diminui os transtornos de comportamento e beneficia no emocional das crianças. O contato direto com a natureza é fundamental para a saúde física e emocional, estimula habilidades cognitivas, reduz sintomas de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), estresse e

depressão (Louv, 2016). Porém, o brincar livre se diferencia da atividade física, embora em ambos haja o gasto energético, o brincar se estabelece pela espontaneidade, enquanto o exercício físico se constitui pela atividade programada. Para a World Health Organization (WHO, 2022), atividade física é “qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requer gasto de energia”, portanto, caminhar, correr, pedalar, brincar e entre outros, também se classificam como tal. A prática traz melhorias significativas à saúde, como: controle de doenças cardiovasculares, câncer e diabetes; reduz sintomas de depressão e ansiedade; melhora as habilidades cognitivas; gera bem-estar; promove habilidades de socialização (WHO, 2022).

Metodologia

Este trabalho situa-se no âmbito dos estudos de saúde urbana com a especificidade do público infanto-juvenil como protagonista. A pesquisa espacializa, na escala intraurbana, as taxas de obesidade e sobrepeso infantil nos municípios da Grande Vitória (GV) e estabelece correlações com a oferta de espaços livres de uso público, com a renda familiar e com as propriedades do desenho urbano viário. Por meio de mapas georreferenciados, sobrepõe atributos urbanos para avaliar as desigualdades socioespaciais presentes no território. Os dados nutricionais de crianças e adolescentes advêm da plataforma Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), para o ano de 2023.

O recorte territorial selecionado compreende os cinco municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória que possuem maior integração (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Serra, denominados Grande Vitória - GV). Uma vez tabulados, para todas as unidades de saúde de cada município, os dados foram correlacionados à localização espacial das unidades de saúde, por meio dos códigos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. O próximo passo foi o desenvolvimento dos mapas comparativos e a correlação de demais atributos, como renda familiar mensal, concentração de crianças, localização das favelas e comunidades urbanas, tratamento de calçadas, rede cicloviária e arborização urbana. Além disso, foram mapeadas, por meio da exploração das fotos aéreas e das bases de aerofotogrametria, todas as praças públicas dos municípios da GV, de modo a permitir a avaliação da estrutura de lazer pública e a sua distribuição nos bairros.

A segunda etapa compreendeu o mapeamento metropolitano da rede de equipamentos (culturais, esportivos, de lazer e educacionais) e a organização de cada estabelecimento e espaço público conforme a vocação e o atendimento ao público prioritário (seja infantil, jovem ou para toda a população). Convém esclarecer que os edifícios educacionais mapeados não se referem à rede escolar tradicional (escolas de ensino médio, fundamental ou ensino infantil, etc.), mas edificações que promovem ações educacionais e usos complementares. Do mesmo modo, os edifícios histórico-culturais e religiosos, usuais nos levantamentos culturais, só constam no mapeamento se, de fato, promovem usos, atividades e ações que vão ao encontro do conceito de cidade educadora, e não pelo simples fato de existirem como exemplares de interesse histórico ou religioso. Por fim, foram selecionados os principais equipamentos e espaços livres para visita *in loco*, de modo a permitir aos pesquisadores capturar as vivências dos usuários e caracterizar melhor os espaços físicos correspondentes.

Breve contexto da Grande Vitória

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi instituída em 1995 pela Lei Complementar nº 58 e, originalmente, é integrada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, denominados Grande Vitória (GV). Mesmo após a integração de outros dois municípios à RMGV, Fundão e Guarapari, este trabalho se restringe às análises específicas da GV, pela sua alta integração e sinergia. A atual configuração espacial da área metropolitana da Grande Vitória foi conformada, a partir dos anos 1960, em substituição do modelo tradicional agroexportador (erradicação dos cafezais) pelo padrão industrial-exportador e pelo adensamento urbano (IJSN, 2018). A capital, Vitória, se estabeleceu como o principal núcleo de aglomeração urbana e sede administrativa da metrópole, e os movimentos migratórios que se sucederam a partir do final da década de 80 foram determinantes para a explosão das desigualdades intraurbanas na metrópole. Inúmeros conjuntos habitacionais populares foram executados no entorno das estruturas funcionais das zonas portuárias, para abrigar a população trabalhadora, entretanto, a cidade formal não foi capaz de absorver a massa de trabalhadores atraídas pela metrópole, condição que deu lugar ao processo de ocupação espontânea de áreas de encosta e de fragilidade ambiental. Essa conjuntura demanda investimentos constantes em planejamento urbano para equilibrar as condições de bem estar urbano.

De fato, nos interessa situar o contexto da Grande Vitória à luz de alguns indicadores que até o momento sustentam as condições desiguais de vida urbana na metrópole e as assimetrias intraurbanas que afetam o cotidiano dos moradores. Os mapas a seguir apresentam um breve panorama da qualidade de vida urbana dos municípios da metrópole considerando dados e indicadores diversos: população, renda do trabalhador, percentual de população em favelas, índice de Bem Estar Urbano – IBEU, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, atendimento de esgoto.

De maneira geral, o mapeamento (figura 1) evidencia algumas condições que merecem atenção: o município de Vitória detém vantagens em quase todos os pilares levantados: melhor infraestrutura de saneamento e rede de esgoto, maior renda do trabalhador, Índice de Desenvolvimento Humano alto (reunindo atributos de educação, longevidade e renda muito acima da média) e um índice de Bem Estar Urbano – IBEU, em geral, alto. Vale ressaltar que o IBEU constitui a média das dimensões (1) mobilidade urbana, (2) condições ambientais urbanas, (3) condições habitacionais urbanas, (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana. Ainda assim, Vitória abriga 33% de domicílios em favelas e comunidades urbanas que, por sua vez, residem em encostas de morros em sua maioria.

No outro extremo situam-se os municípios de Viana (significativamente rural e com baixa população) e Cariacica, com percentuais expressivos da população residindo em favelas, baixo atendimento de esgoto, IDH e renda inferior, e IBEU significativamente abaixo da média. Vila Velha e Serra, por sua vez, estão em *ranking* intermediário e representam dois vetores de expansão metropolitana em processo de crescimento contínuo nas últimas duas décadas. O município de Serra, mais populoso, ultrapassou Vitória na oferta de emprego e em tendência de crescimento acelerado, com absorção de muitos empreendimentos multifamiliares (mais de 60% de toda a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na faixa de mercado) e absorveu melhorias na infraestrutura urbana recente. Vila Velha tem o setor norte e litoral com as melhores condições de vida, e em tendência de melhorias, com expressivo interesse de investimentos imobiliários pelos atributos do litoral e amenidades. Vale ressaltar que Vitória ainda absorve a centralidade metropolitana e detém protagonismo na oferta educacional, emprego melhor remunerado e lazeres metropolitanos.

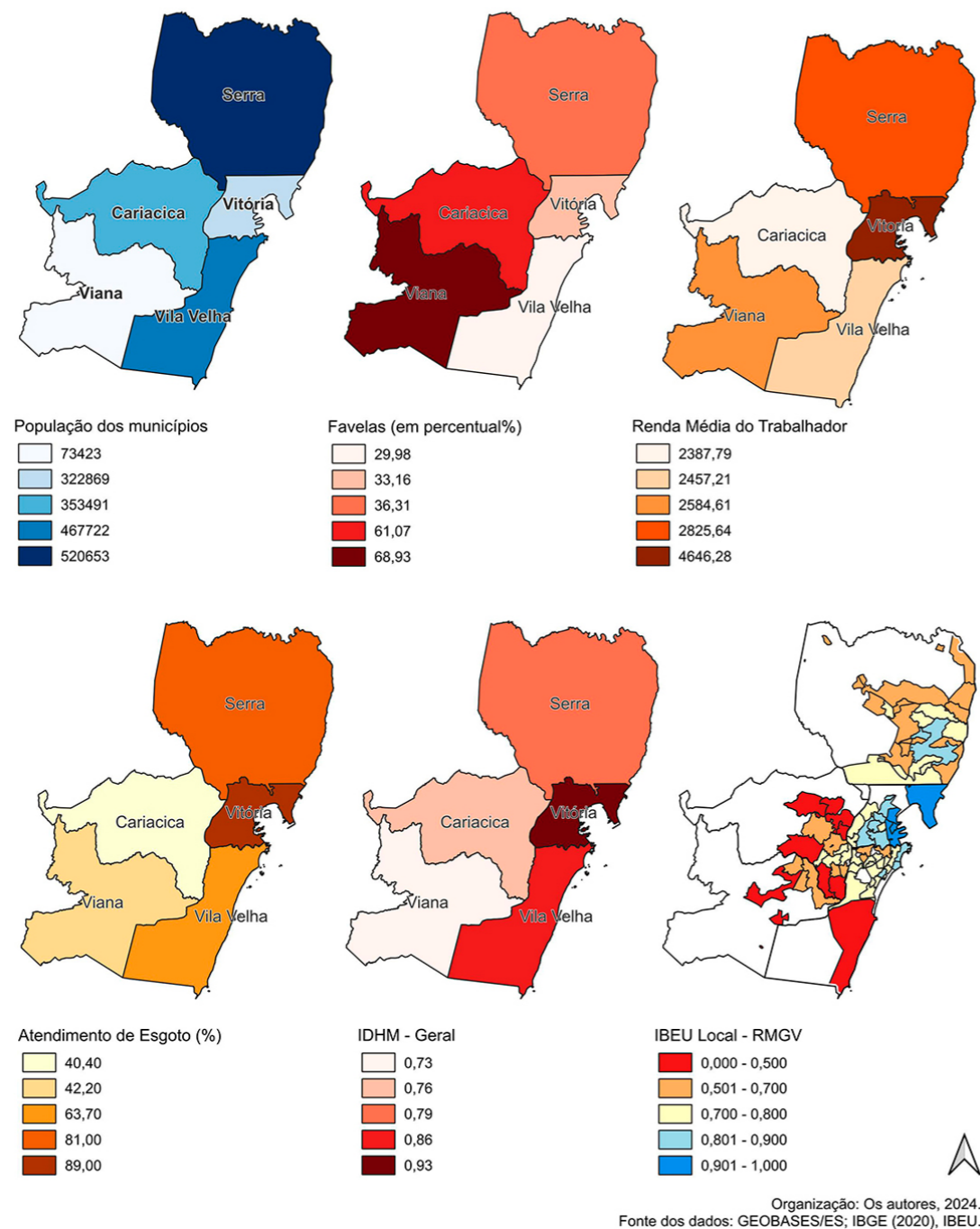


Figura 1 – Mapas comparativos da Qualidade de vida urbana na Grande Vitória. Fonte: autoral, 2024.

Resultados e Discussões

Para Almeida (2020), a constituição de uma cidade educadora demanda a distribuição de uma infraestrutura plural de equipamentos – como bibliotecas, praças, parques, museus, ruas - que promovam a autonomia e o protagonismo dos seus habitantes “na busca pelo sentido de pertencimento e pela inovação, pela resposta aos problemas comuns, pela criatividade de tornar a cidade um lugar democrático, inspirador e bom de se viver” (Almeida, 2020, p. 54).

O compromisso com a redução da pobreza, com a sustentabilidade e com a melhoria da qualidade de vida é uma premissa fundante das cidades educadoras; demanda ações intersetoriais e a apreensão da cidade à luz de geografia, da história e da política, com a materialização de espaços físicos e programas que acolham distintas formas de aprendizado ao longo de toda a vida do indivíduo. Nesse sentido, as análises e levantamentos deste trabalho destacam, no território metropolitano, a rede de espaços físicos e equipamentos com potencial educativo e favoráveis ao acolhimento de crianças

e adolescentes. Discute-se, então, a oferta de espaços públicos (praças, parques, orlas), as condições de infraestrutura urbana e a rede de equipamentos urbanos em contexto metropolitano (Grande Vitória), na perspectiva da infância e da juventude.

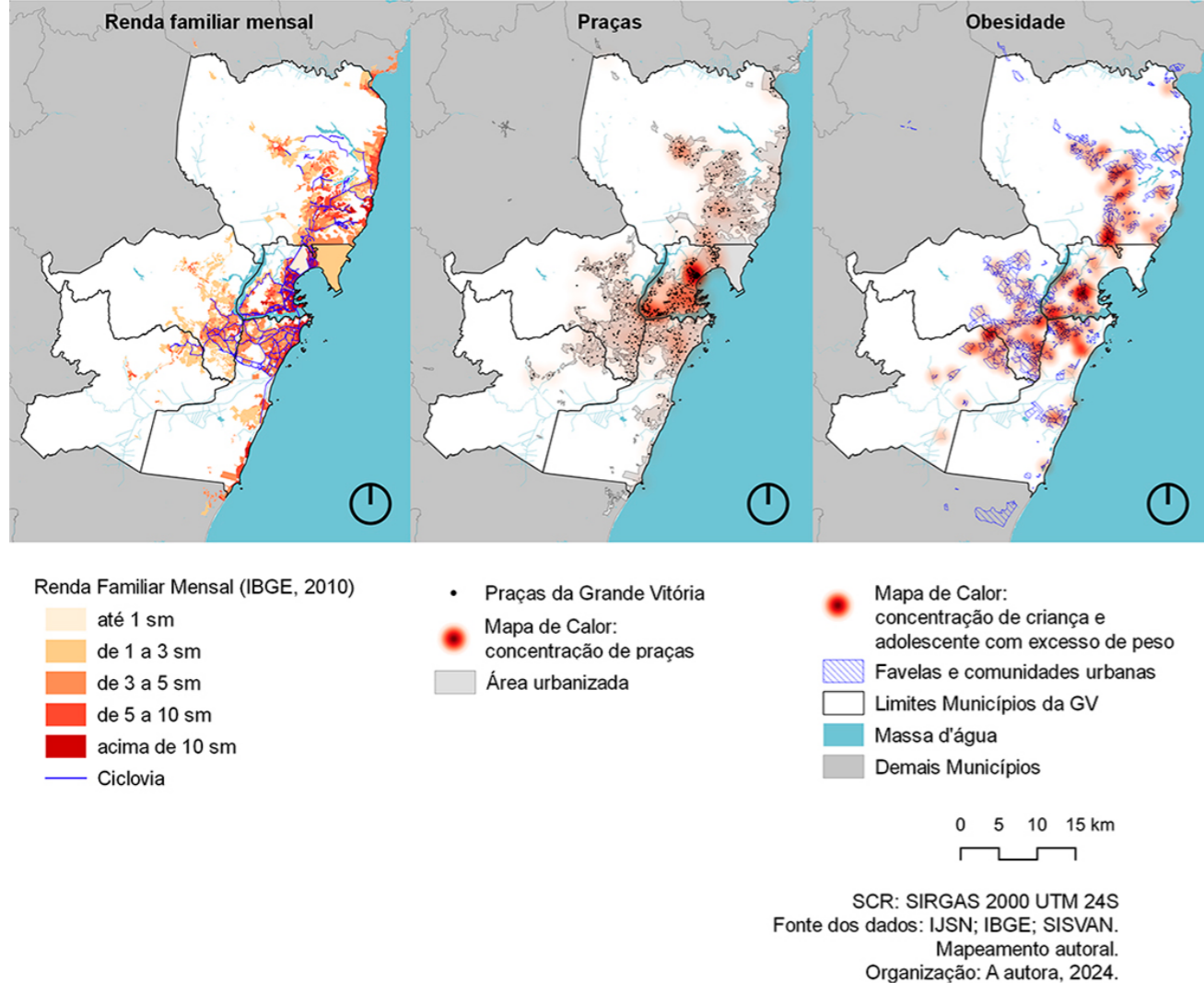
O mapeamento dos espaços públicos da Grande Vitória demonstrou que Vitória, capital, possui a maior concentração de praças (figura 2). Observa-se que uma parte expressiva das praças se localiza nos bairros de maior renda, dotados de melhor estrutura cicloviária (inclusive lindeira às orlas urbanas) que contribui para o transporte ativo, e não há concentração expressiva de crianças com excesso de peso nesses bairros. Por outro lado, outra parcela das praças situa-se nas favelas e comunidades urbanas, territórios caracterizados por população de baixa renda. Esses territórios detêm as maiores taxas de crianças com excesso de peso. Apesar de haver um quantitativo crescente de praças nos territórios populares, percebe-se que os atributos de qualidade dessas praças são inferiores às demais situadas nas centralidades urbanas de maior prosperidade econômica. Além disso, a temporalidade das praças situadas em favelas e áreas advindas de processos de ocupação informal é recente, decorrente de novos investimentos municipais, seja para reforma ou criação de novos espaços públicos e de lazer periféricos. Essas localidades dispõem de menor infraestrutura, maior grau de precariedade urbana, incompletude ou inexistência de acessibilidade e ausência de uma rede ciclável que conecte as praças aos demais equipamentos urbanos.

De modo a permitir uma aproximação e melhor compreensão das características físicas e da qualidade ambiental das praças, foram selecionadas, para cada município da Grande Vitória, duas praças típicas, localizadas em extremos de renda distintos para avaliação preliminar (figura 4 - Quadro I). Essa amostra tipifica padrões ambientais em cada inserção urbana, culminando na seleção de duas categorias: i. praça primária (praças situadas nas manchas de calor de maior concentração) e praça secundária (praças dispersas e periféricas), identificadas no interior das manchas de concentração das praças (ver figura 3).

A categoria praças primárias acolhe atributos físicos e ambientais favoráveis, com maior presença de áreas verdes, paisagismo, equipamentos, mobiliários urbanos e detêm dimensionamento mais generoso. Na capital, constatou-se que o padrão das praças situadas em morros e áreas de topografia acidentada, configuradas por alta densidade populacional e moradores de baixa renda, é determinado pelo dimensionamento exíguo, disperso, com poucas oportunidades de lazer (especialmente quadras e demais equipamentos esportivos que demandam área útil para a sua implantação) e com baixa manutenção, enquanto nas áreas de maior renda há maior diversidade de equipamentos e quadras de esporte, campos oficiais de futebol e tênis, *playgrounds* com maior disponibilidade de brinquedos e arborização mais concentrada. No município de Vila Velha chama a atenção a excepcional estrutura da orla, com alcance metropolitano e dotada de múltiplos espaços de lazer (nota-se inclusive praça adjacente ao calçadão com academia popular equipada e edificação pública dedicada ao exercício programado, com acompanhamento por profissional de educação física como política de promoção à saúde).

Em geral (análise da Figura 4 - Quadro I), percebe-se que, nas praças secundárias, há pouca cobertura vegetal, escassez de áreas sombreadas e abreviação de elementos naturais, além de soluções padronizadas de brinquedos tubulares e de catálogo, ou até mesmo de plástico, em poucas variações. Na avaliação de Dias (2018, p.112), até mesmo nas praças de Vitória, município de maior investimento em espaços públicos, os brinquedos são “[...] despersonalizados, funcionais e monótonos, possuem materiais e formas rígidas e estereotipadas que não estimulam a curiosidade e a imaginação infantil. Restringem o brincar, com movimentos repetitivos, pouca liberdade para exercitar a criatividade e expandir suas habilidades”.

Figura 2 - Mapas comparativos da rede cicloviária, renda, concentração de praças e distribuição de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso. Fonte: autoral, 2024.



Uma avaliação da rede cicloviária (figura 3 e figura 5 - Quadro 2) se revela pertinente especialmente diante da predileção por adolescentes que não dispõem de outros modos de deslocamento sustentável, salvo por deslocamento a pé. Uma rede cicloviária planejada, arborizada, iluminada, segura e conectada aos espaços de convívio e aos equipamentos de uso cotidiano dos jovens é uma oportunidade para promover a autonomia e a vida ativa. A avaliação das condições físicas da rede ciclável da Grande Vitória denuncia, em primeiro momento, a escassez deste modal na malha metropolitana, e a ausência de conectividade entre os bairros.

Percebe-se, pela figura 5 - Quadro 2, a condição favorável do percurso ciclável pelo litoral, lindeiro às orlas de Vitória e Vila Velha, potencializando a relação com a paisagem e com a natureza exuberante das praias nesses dois municípios e como incentivo à prática esportiva. Entretanto, nos demais municípios há poucas conexões entre algumas centralidades e sobre vias estruturantes, sempre em fragmentos. Em Serra, trechos se situam em áreas de expansão urbana e adjacente aos vazios urbanos, sobre rodovias de alto fluxo e velocidade 60km/h, além do tráfego pesado de caminhões; Viana e Cariacica, por sua vez, dispõem de estrutura cicloviária mínima, usualmente disposta em canteiros centrais de vias de alto fluxo, com pouca qualidade ambiental para o conforto dos ciclistas. Percebe-se que especialmente nos municípios de Viana, Serra e Cariacica, a ausência de vitalidade urbana e a presença de ciclovias junto às vias de volume carregado de caminhões e alto tráfego desincentivam o uso e ameaçam a segurança dos ciclistas.

Outra análise correlata propõe elucidar a estrutura física e os atributos relacionados ao desenho urbano dos lugares, fator que impacta diretamente na caminhada e nas condições ambientais que afetam o pedestre. Nesse sentido, buscou-se identificar a

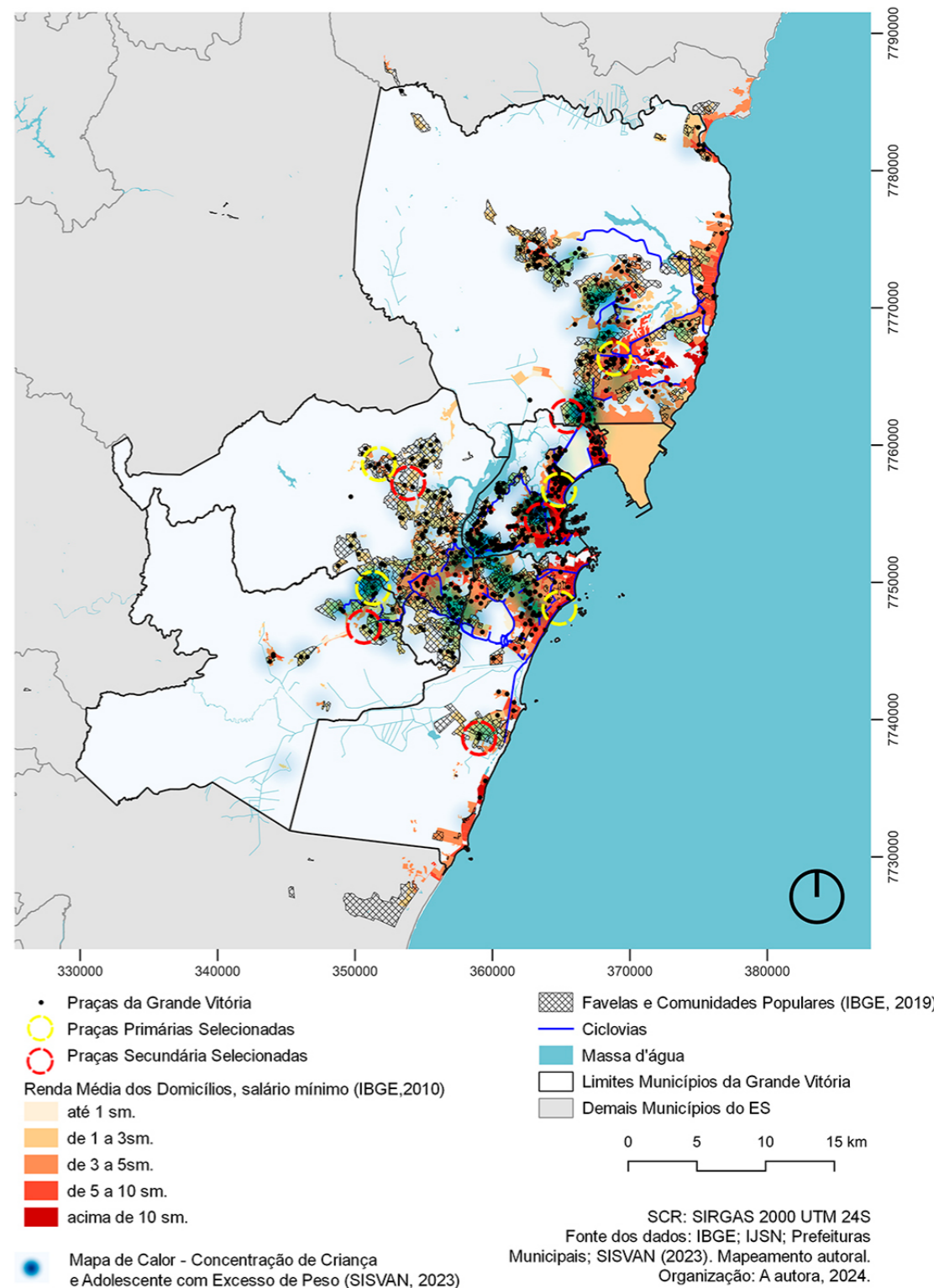



Figura 3 - Mapa de renda, favelas, distribuição de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso, rede cicloviária e seleção de praças primárias e secundárias. Fonte: autoral, 2024.

proporção de arborização urbana e de calçadas nos setores municipais, promovendo cruzamentos com a concentração de crianças e adolescentes com sobrepeso. A partir do mapeamento desenvolvido (figura 6), nota-se uma expressiva concentração de crianças e adolescentes com excesso de peso nas regiões correspondentes aos aglomerados populares e favelas, onde há o menor percentual de arborização. Essa condição relaciona-se às características informais dos territórios populares alheios ao processo formal de planejamento e urbanização, que afetam a qualidade das vias públicas, dos passeios e minimizam as chances de existência de árvores no meio urbano. O dimensionamento exíguo das calçadas, por sua vez, compromete o plantio de árvores e por conseguinte interfere no conforto do pedestre, impactando o uso do espaço público no cotidiano dos moradores nas comunidades urbanas e favelas.

Figura 4 - Quadro 1: Praças típicas em extremos de renda, por municípios da GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização e mapas autorais, 2024.

Município	Praça Primária	Praça Secundária
Vitória	 Praça em Jardim da Penha	 Praça em São Benedito
Vila Velha	 Praça em Praia de Itaparica	 Praça em Terra Vermelha
Serra	 Praça em Laranjeiras	 Praça em Jardim Carapina
Cariacica	 Praça Cariacica Sede	 Praça Porto Belo 1
Viana	 Praça Marcílio de Noronha	 Praça em Areinha

Como base metodológica, seguiu-se os conceitos de qualidade pela ferramenta de Índice de Caminhabilidade (iCAM) do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), no qual determina características do espaço urbano que favorecem o deslocamento a pé (ITDP, 2018). O iCAM é dividido em seis categorias, sendo as utilizadas para o estudo o “ambiente”, no qual possui o indicador “sombra e abrigo”, e a categoria “calçada”, que contém os indicadores “pavimentação” e “largura”. Em geral, estes indicadores avaliam a circulação segura e confortável dos pedestres no meio urbano.

Desse modo, percebendo essa relação intrínseca da arborização e das condições das calçadas, os mapas da figura 6 revelam como esses atributos podem influenciar no aspecto da obesidade infantil. Entende-se que o caminhar é a forma de deslocamento

	Ciclovias dos municípios da Grande Vitória	
Vitória	 Ciclovias do litoral, Ilha de Vitória	 Ciclofaixa em setor informal, Ilha de Vitória
Vila Velha	 Ciclovias do litoral, Vila Velha	 Ciclovias de conexão centro-litoral, Vila Velha
Serra	 Ciclovias de eixo estruturante, BR 101 Serra	 Ciclovias de eixo estruturante, Serra
Cariacica	 Ciclovias de eixo estruturante, Cariacica	 Ciclovias de eixo estruturante, Cariacica
Viana	 Ciclovias de eixo estruturante, Viana	 Ciclovias de eixo de desenvolvimento, Viana

Figura 5 - Quadro 2: Rede cicloviária típica, trechos por municípios da GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização autorais, 2024.

de curta distância mais saudável, limpo e econômico. A caminhada é um exercício físico de esforço moderado que contribui para a saúde. Contudo, é fundamental que, para uma caminhada agradável, o meio urbano garanta que as ruas e as calçadas sejam seguras, atraentes e ininterruptas para proporcionar acessibilidade a todos. Não somente isso, a presença de sombra e outras formas de abrigo são necessárias para o conforto térmico ao caminhar. Assim, a implantação de árvores é o método mais eficaz para prover sombra e, conseqüentemente, beneficiar a população nos aspectos ambiental e psicológico (ITDP, 2017).

Convém esclarecer que a metodologia utilizada para a extração das taxas e índice de obesidade e sobrepeso adota como parâmetro os dados dos usuários das unidades de saúde, que engloba os bairros atendidos em uma distância de aproximadamente

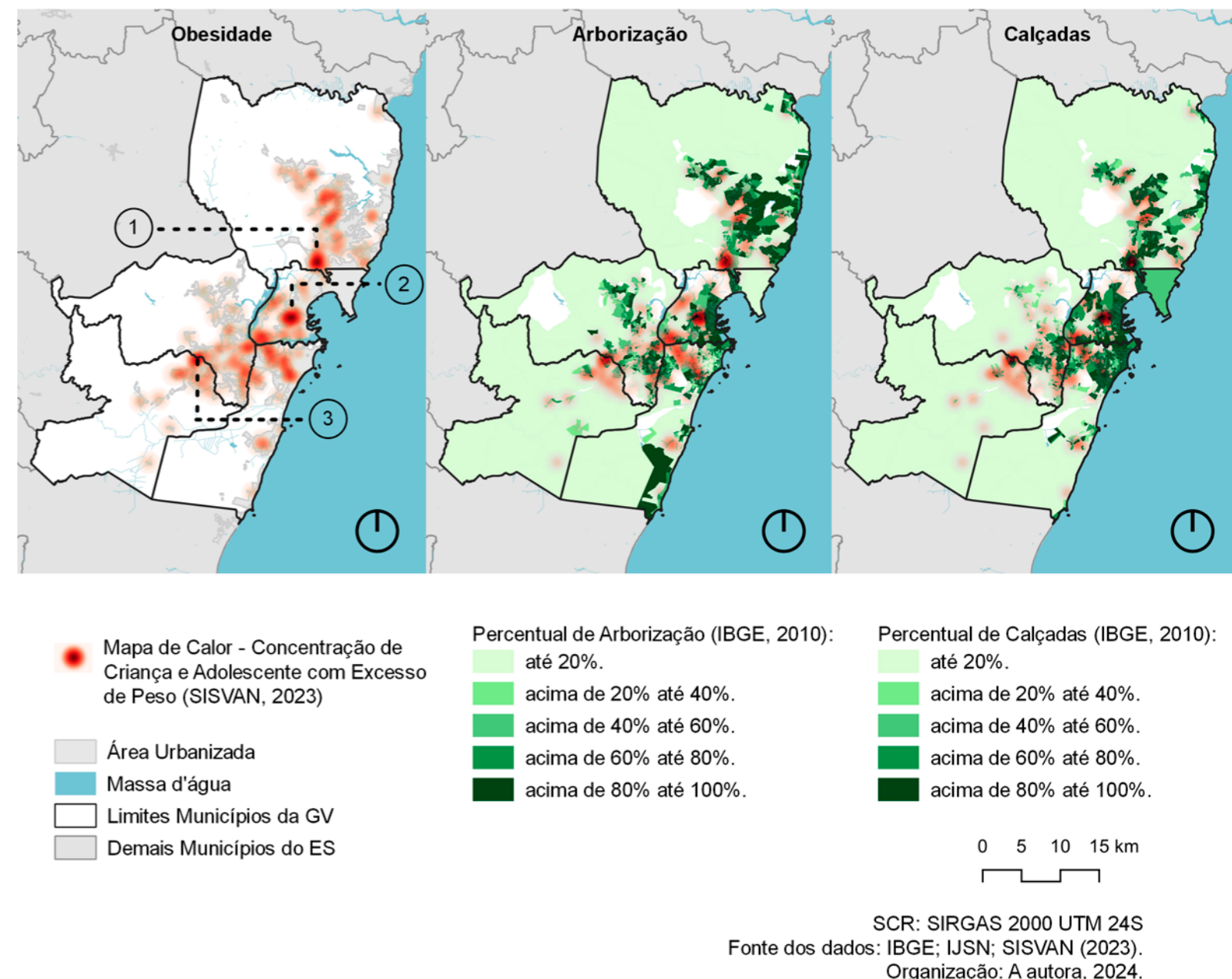
1000m, conforme dados do Sistema Único de Saúde. Considerando a realidade socioeconômica dos pacientes das unidades de saúde atrelada às distintas faixas de renda, entende-se que bairros de melhor poder aquisitivo são por definição usuários do sistema privado de saúde ou compreendem pequena parcela de pacientes da rede pública. Desse modo, os bairros atendidos, selecionados para esta caracterização territorial, são prioritariamente aqueles que abrigam população de menor renda, e por conseguinte, reúnem condições ambientais desfavoráveis, conforme a discussão a seguir.

No mapa da obesidade (figura 6), os municípios de Serra, Vitória e Viana, demonstram de forma mais acentuada as manchas de polarização de crianças e adolescentes com excesso de peso, ou seja, há uma concentração em trechos específicos do território metropolitano. Estes focos de concentração estão marcados e numerados no mapa (figura 6) para as análises consecutivas, e compreendem uma amostra dos bairros que estão na faixa de abrangência de 1000 metros, considerada a distância máxima para o atendimento e deslocamento dos usuários a pé. Os bairros selecionados nesta demonstração compreendem, ainda, bairros de menor poder aquisitivo e que reúnem características físicas e ambientais típicas de territórios informais e populares.

Ainda na figura 6, ao comparar os três mapas, compreende-se que os focos de obesidade coincidem nas áreas de baixo percentual de arborização e alto em calçadas. Todavia, o mapa de calçadas, pela metodologia do IBGE, demonstra apenas a existência dos passeios e não os aspectos qualitativos para o seu uso pleno. Assim, para uma breve demonstração de cada trecho, foram selecionadas algumas imagens das ruas do entorno de cada polo de concentração - respectivamente na Serra (1), em Vitória (2) e Viana (3), para demonstração dos atributos físicos que tipificam o entorno e a qualidade do percurso.

Observa-se, por meio do mosaico da figura 7 - Quadro 3, que o centro polarizador de crianças e adolescentes com excesso de peso em Serra coincide com bairros populares advindos de condomínios fechados (bairro André Carloni), com características de bairro monofuncional, com multiplicação de edifícios multifamiliares em conjuntos murados em entorno sem vitalidade, com calçadas estreitas e sem arborização; no caso do bairro Jardim Carapina, nota-se a presença de calçadas subdimensionadas, obstruções sobre as calçadas e vias com problemas de manutenção. No caso de Vitória, ambos os bairros compreendem ocupação espontânea, seja em encosta acentuada (no caso do Bairro da Penha, ausência de calçadas e vias com alta declividade) e em Itararé vias inclinadas, carros sobre vias estreitas e calçadas quase inexistentes. Viana, por sua vez, dispõe de alta concentração de crianças e adolescentes com excesso de peso no entorno do Bairro Marcílio de Noronha, um dos mais populosos, e há trechos sem calçada e de maior precariedade e trechos centrais com calçadas descontínuas, desniveladas e algum tratamento áreas de terreno comercial. Em todos os trechos, não há arborização urbana e usualmente transeuntes são obrigados a caminhar no leito da via.

A última etapa compreende o levantamento da rede de equipamentos urbanos de esporte, lazer, cultura e educação considerando o conceito de Cidade Educadora. Este levantamento inclui todos os municípios da GV, a partir da junção de dados coletados em órgãos públicos oficiais em âmbito estadual e municipal, bem como em instituições, contatos com profissionais das respectivas Secretarias dos municípios e com investigação em imagens aéreas. A rede foi espacializada, com nome de todos os equipamentos e espaços públicos (praças, parques e orlas), a tipificação e o público prioritário (infantil, jovens, adultos ou todos). Vale destacar que, na categoria cultural, os bens tombados e de interesse patrimonial não constam integralmente no levantamento, sendo necessário, de fato, uma contribuição ativa nos usos e atividades para o público



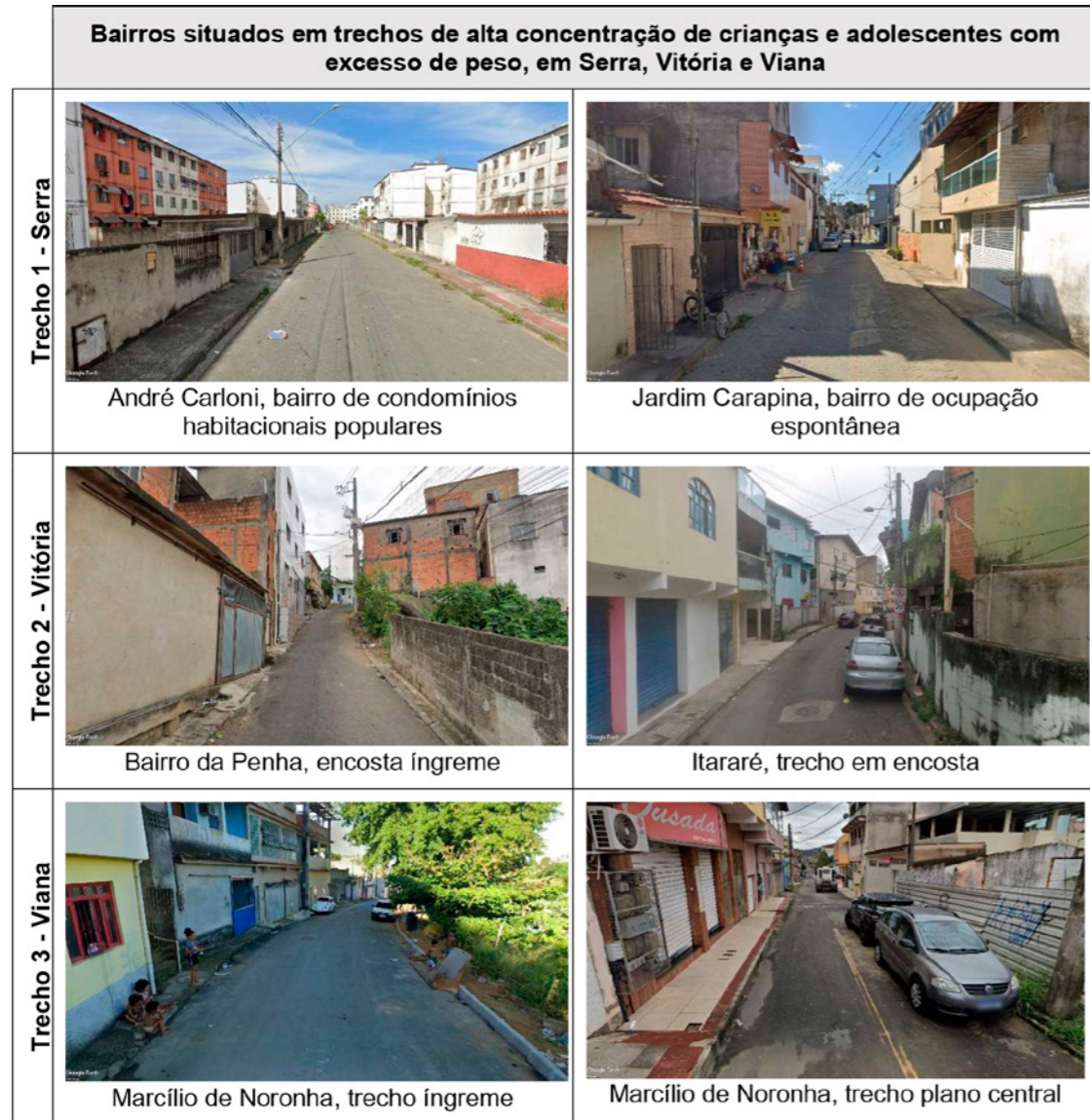
alvo desta pesquisa. A rede foi georreferenciada e classificada, conforme consta na figura 8. No mapa, percebe-se a prioridade de equipamentos para múltiplas idades, havendo menor incidência para públicos exclusivos.

A distribuição espacial da rede de equipamentos de esporte, lazer e cultura, na escala da GV (figuras 8 e 9), aponta para o protagonismo do Centro de Vitória, das orlas do litoral, e do setor norte de Vila Velha. Observa-se a dispersão de poucos equipamentos da rede concentrados em polos específicos e centralidades municipais, como Serra Sede (em Serra), o Centro de Viana e Cariacica. Na Serra, há uma dispersão de praças que se configuram como centro locais de bairro com usos diversos.

Historicamente, há uma reafirmação do significado incontestável dos sítios históricos e dos edifícios capazes de acomodar as transformações programáticas ao longo do tempo e promover usos. Em específico, os equipamentos culturais reafirmam o Centro de Vitória como o polo de cultura criativa, teatro, dança, música e arte. Nesse rol inserem-se o Sesc Glória, com ampla programação para todas as idades, o Palácio Anchieta e outros museus significativos, bibliotecas públicas e escolas de música. No município de Vila Velha, o parque da prainha, revitalizado em 2024, compreende o berço da cultura canela verde e da colonização do Estado, que, juntamente com o Convento da Penha, e a Igreja matriz do Rosário, reforçam a relevância da memória histórico-cultural do município. Sua renovação, associada à uma agenda ativa de eventos e à renovação urbana da sua estrutura física, foi capaz de atrair público de todas as

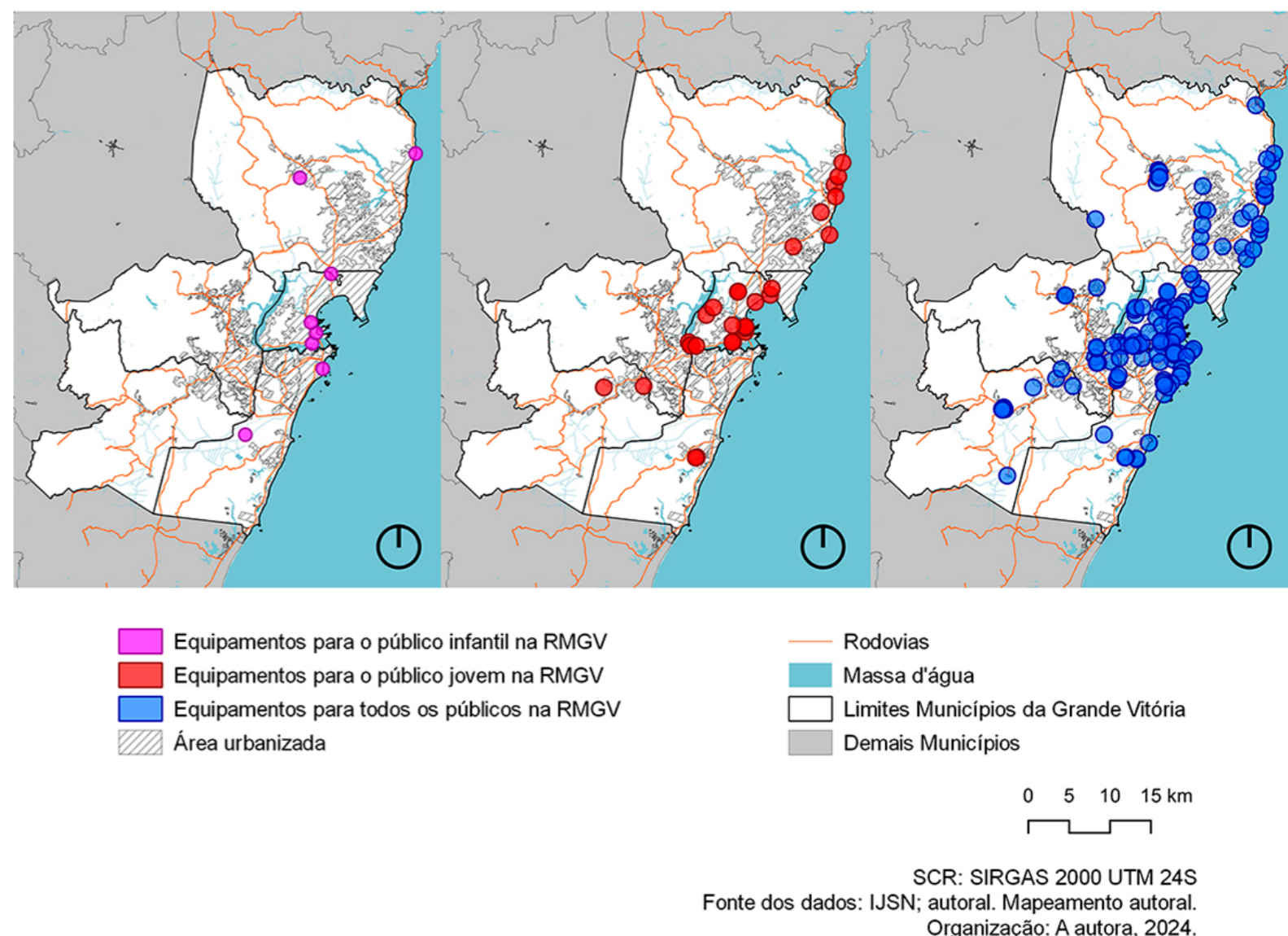
Figura 6 - Relação da concentração de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso na Grande Vitória com percentual de arborização e calçadas. Fonte: autoral, 2024.

Figura 7 - Quadro 3 – Mosaico dos bairros de concentração de obesidade - GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização autoral, 2024.



idades. Destacam-se, ainda, no eixo de lazer e esporte, os espaços destinados às orlas urbanas, sejam oceânicas, portuárias ou de manguezal, bem como os parques lineares, com vocações para esporte ativo (esportes náuticos, remo, canoagem, vela), pesca artesanal, surfe, e diversas modalidades esportivas além de ciclismo e corrida. Espaços adjacentes ao mar, com a generosidade das franjas de areia, calçadões e terrenos públicos, possuem a particularidade de acolher quadras esportivas (campos de futebol, quadras poliesportivas, quadras de tênis e vôlei) e práticas esportivas na areia.

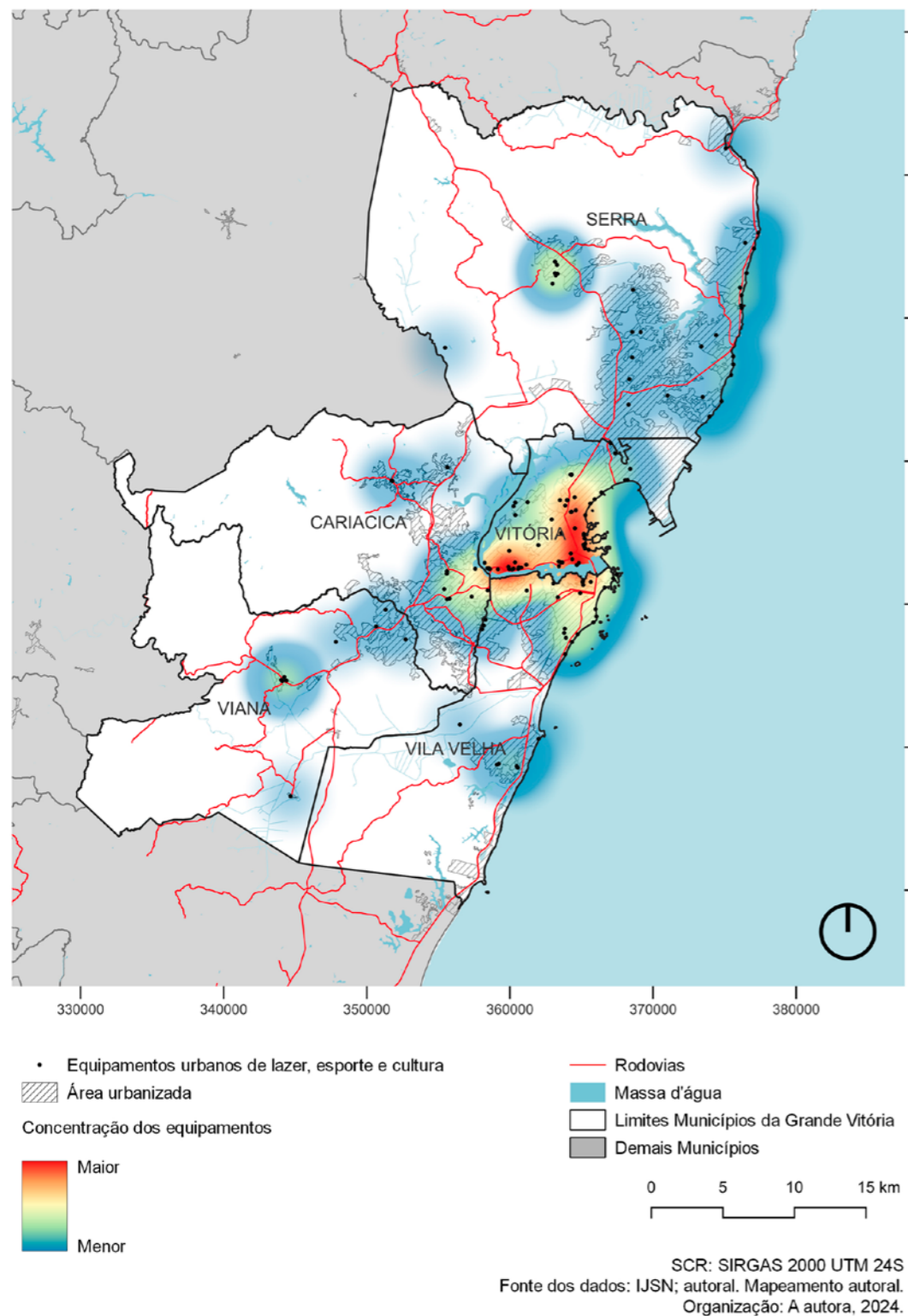
Após o mapeamento e a classificação dos equipamentos, procedeu-se à etapa de seleção dos equipamentos e espaços mais significativos para visita e reconhecimento das instalações e dos espaços físicos. Em algumas ocasiões, foi possível dialogar com gestores das instalações e técnicos do poder público, que contribuíram para esclarecer atividades, formas de uso, integração com o entorno e o alcance de alguns equipamentos. A figura 10 organiza um mosaico de imagens selecionadas para os três eixos temáticos principais, para cada município. Buscou-se, através das imagens, complementar as análises cartográficas e permitir ao leitor reconhecer de forma mais concreta algumas características dos espaços selecionados. Inevitavelmente, há fotos extraídas de dados secundários e disponibilizadas por colaboradores, pois não foi possível, dentro do escopo da pesquisa, visitar integralmente toda a rede mapeada, apesar de tudo, constatou-se a riqueza e os esforços do poder público e dos gestores na criação de novos espaços e na requalificação de muitos outros espaços públicos e equipamentos.



São emblemáticos, ainda, os equipamentos que atuam em comunidades periféricas e fortalecem o enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Destaca-se, sem contestação, a Estação Conhecimento (EC), organização social de referência no estado do Espírito Santo, criada em 2009, sediada no município da Serra (na seleção de imagens da figura 10). Sua gênese remonta a iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce, por meio da Fundação Vale e parceria com a Prefeitura Municipal da Serra. Compreende uma estrutura que prioriza o desenvolvimento de comunidades, por meio da inclusão social de crianças e adolescentes em risco social em projetos esportivos, culturais, de qualificação profissional e geração de emprego, tendo como premissa o conceito de formação integral para a autonomia e cidadania. No município de Vitória, destaca-se Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves - Tancredão, criado a partir de iniciativa do estado, ativo desde 2009, com foco prioritário no esporte e na saúde, sediando grandes eventos e competições nacionais e internacionais, pela presença de um ginásio, de um complexo de piscinas públicas. Igualmente, o Tancredão se insere em contexto de comunidades periféricas e de grande concentração de jovens e atua fortemente na inclusão social deste grupo.

Figura 8 - Raio dos equipamentos urbanos divididos por tipo de público. Fonte: autoral, 2024.

Figura 9 - Concentração dos equipamentos urbanos de lazer, esporte e cultura. Fonte: autoral, 2024.



Conclusões

Conforme os resultados obtidos a partir das análises e dos mapeamentos, conclui-se que a qualidade do espaço urbano é determinante para assegurar melhor qualidade de vida para crianças e adolescentes. Na perspectiva da saúde, percebe-se que o maior expoente de crianças e adolescentes com excesso de sobrepeso está em localidades mais vulneráveis, tanto em nível metropolitano quanto intraurbano, afirmando, assim, as assimetrias sociais significativas entre municípios e internamente aos municípios.

No olhar metropolitano, a capital, Vitória, polo econômico e cultural da GV, concentra recursos, investimentos e instalações que garantem melhor infraestrutura urbana para a população. Dessa forma, a oferta de espaços públicos para uso recreativo como praças e parques, demonstram-se concentradas na capital, porém, dispersas no restante dos municípios da Grande Vitória. É válido acrescentar ainda a condição

	ESPORTE	CULTURA/ EDUCAÇÃO	LAZER
VITÓRIA	Tancredão  Imagem autoral, 2024.	Parque Pedra da Cebola  Imagem autoral, 2024.	Sesc Glória  https://centrodevitoria.com.br/wp-content/uploads/sites/13/2023/07/WhatsApp-Image-2023-07-31-at-16.15.42.jpeg
VILA VELHA	Arena Tartarugão  https://agoraes.com.br/imagens/noticias/2581/c8a3bba27784281736aace57d8fd27a8.webp	Parque da Prainha  https://assets.folhavitoria.com.br/imagens/7e448fd0-ee9e-11ee-a2b9-b3f44724c43f--minified.jpeg	Praias de Vila Velha  https://www.brasileiravijante.com.br/2018/10/como-e-praia-de-itapoa-no-espirito-santo.html
SERRA	Estação Conhecimento  Imagem autoral, 2024.	Casa do Congo  https://escolamundoivre.blogspot.com/2008/07/sadas-pedagogicas.html	Parque da Cidade  Imagem autoral, 2024.
CARIACICA	Estádio Kleber Andrade  Imagem cedida por Beatriz Maria Butter, 2024.	CRJ - Flexal  https://www.jornalresgate.com/agora-e-a-vez-de-cariacica-receber-o-projeto-vinil-nos-centros-de-referencia-das-juventudes/	Orla de Cariacica  Imagem cedida por Moisés Andrade Neto, 2024.
VIANA	Estádio Municipal Arlindo Villaschi  https://agoraes.com.br/noticia/532/final-de-semana-de-muito-esporte-e-diversao-em-viana	Galeria de Arte Casarão  https://viana.es.gov.br/noticia	Praça Central Marcílio Noronha  https://torcidaes.com.br/praca-de-marcilio-de-noronha-em-viana-sera-revitalizada-pela-prefeitura/

Figura 10 - Mosaico de tipos de equipamentos por município. Fonte: autoral, 2024.

qualitativa desses espaços, nos quais em bairros de menor renda, além de dispor de um quantitativo de crianças com maiores taxas de obesidade, detém menor oferta de espaços livres de uso público e escassez de arborização urbana, bem como o acúmulo de problemas de infraestrutura urbana. Nesse sentido, áreas periurbanas, bem como áreas que concentram favelas e comunidades urbanas carecem de uma estrutura satisfatória que favoreça o brincar livre, a socialização, a integração com a natureza e a mobilidade ativa. Desse modo, as oportunidades de enfrentamento ao problema da obesidade infantil por meio de uma estrutura pública de lazer, esporte e socialização, bem como estímulo à caminhada agradável e com conforto ambiental são reduzidas.

Ao se tratar da oferta de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, nota-se novamente a polarização em Vitória. Em Vila Velha também há um quantitativo expressivo, devido à intensa relação com Vitória e aos atributos naturais e histórico-culturais. Compreende-se que, no entanto, a relação litorânea favorece e oferece

uma gama de atividades beira-mar em toda extensão metropolitana. Entretanto, os municípios de Cariacica e Viana são escassos na disposição de equipamentos, especialmente quando voltados ao público específico tanto de crianças quanto de jovens. Em contrapartida, Serra, que é o município que mais cresce nos últimos anos, apresenta uma diversidade de equipamentos novos e de qualidade. Convém apontar, em último lugar, que apesar de conquistar o topo no *ranking* de Cidade Educadora da metrópole GV, as desigualdades intraurbanas persistentes na capital segregam e afetam significativamente os moradores situados em favelas urbanas. Revela-se urgente a elaboração de um Plano Metropolitano que distribua de forma mais equilibrada os recursos e investimentos em infraestrutura urbana e instalações para a criança e a juventude nos municípios periféricos.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo (Sebrae-ES) e à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsas de iniciação científica para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

- AICE - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Apresentação. In: AICE. *Caderno de Debates nº 5: Espaços urbanos e cidades educadoras*. Rosario: AICE, 2019. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2019/08/C.-DEBATE-V-portugues.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- AICE - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras*. Ajuntament de Barcelona: AICE, 2020. Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.
- ALMEIDA, S. C. D. *A cidade como espaço educador*. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book.
- ALVES, A.; BRANDENBURG, E. *Cidades educadoras: um olhar acerca da cidade que educa* [livro eletrônico]. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.
- BARROS, M. I. A. de. *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alana, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas* [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- CAMPOS, R. (Re)Pensar as cidades pelas lentes das crianças. In: GOBBI, M. A. ; ANJOS, C. I. ; SEIXAS, E. C. ; TOMÁS, C. . *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 90-96.

CGI - COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022*. São Paulo: Cetic, 2022. Disponível em: https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=13. Acesso em: 26 de nov. 2023.

DIAS, M. S. Em busca dos espaços públicos de brincar: um estudo das infâncias contemporâneas na cidade de Vitória-ES. *PosFAUUSP*, 25(45), 102-117, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v25i45p102-117>

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS – ICS. *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasil: IDSC-BR*. 2023. Disponível em: <https://icidades sustentaveis.org.br/>. Acesso em 07 mai. 2024.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Plano de desenvolvimento urbano integrado. Região Metropolitana da Grande Vitória. Diagnóstico integrado, v.2*. Vitória, ES, 2018.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. *Índice de caminhabilidade versão 2.0 - ferramenta*. Rio de Janeiro, 2018.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. *Padrão de qualidade DOTS 3.0*. Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, E. *Conscientização contra a obesidade mórbida infantil*. Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/conscientizacao-contr-obesidade-morbida-infantil>. Acesso em: 29 de out. de 2023

LOUV, R. *A última criança na natureza. Resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana, 2016.

LUKE, N.; TAK, R.; SAMIOS, A.; ADRIAZOLA-STEIL, C. What Makes a Child-Friendly City? *Redesigning Safer and Healthier Urban Spaces for Young People*. The City Fix, 2020. Disponível em: <https://thecityfix.com/blog/what-makes-a-child-friendly-city-redesigning-safer-and-healthier-urban-spaces-for-young-people-nikita-luke-rohit-tak-ariadne-samios-claudia-adriazola-steil/> Acesso em: 10 jan. 2024.

MOLL, J. Reflexões introdutórias ao monográfico «cidade educadora: olhares e práticas». Pela utopia de cidades educadoras: Por um mundo onde todos tenham lugar. *Kult-ur*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 27–38, 2019. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/kult-ur/article/view/3777>. Acesso em: 09 mar. 2024.

ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. *Nova agenda urbana ilustrada*. Nairobi: ONU-Habitat, 2023. Disponível em: <https://unhabitat.org/pt-pt/the-new-urban-agenda-illustrated>. Acesso em mai. 2023.

SANTOS, M. Crianças também habitam cidades: realidades invisíveis; direitos, invenções e inversões possíveis. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 97-121.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Manual de orientação: saúde de crianças e adolescentes na era digital*. Rio de Janeiro, 2016: SBP. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C.; GIACCHETTA, N. Produção social da infância nos parques urbanos de Lisboa. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 67-89.

SILVA, D. A. S.; PELEGRINI, A.; CHRISTOFARO, D. G. D.; FERRARI, E.P.; FERRARI, G. L. M.; SILVA, K. S.; LIMA, L.R.A.; NARDO JUNIOR, N.; SILVA, R.J.S.; BARBOSA FILHO, V. C. *Boletim Brasil 2022: As crianças e os adolescentes são o futuro do Brasil*. Relatório sobre atividade física em crianças e adolescentes brasileiros. 2022. Disponível em: <https://www.activehealthykids.org/wp-content/uploads/2022/08/Brazil-report-card-long-form-2022-pt.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

TREVISAN, G. P.; BENTO, G.; CARVALHO, M.; SILVA, C. F.; SARMENTO, M. J. Infância, espaço público e participação: a abordagem do território de aprendizagem. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 35-58.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Ainda é possível mudar 2030*. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 07 mai. 2024.

WHO - World Health Organization. *Dez estratégias para a segurança de crianças no trânsito*. World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2015/WHO-DIEZ-ESTRATEGIAS-por.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

WHO - World Health Organization. *Physical activity*. World Health Organization, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>. Acesso em: 28 de dez. 2023.